

A maternidade em Mary Wollstonecraft e Michèle Roberts

Janaina Gomes Fontes
Universidade de Brasília

PALAVRAS-CHAVE: maternidade, feminismo, literatura, história, desconstrução.

O nascimento do ser humano sempre foi permeado por sentimentos complexos, muitas vezes opostos, como fascinação e medo. A maternidade, experiência que abrange várias transformações físicas, psicológicas e comportamentais que ocorrem antes, durante e após o parto, vem sendo considerada de formas diferentes ao longo do tempo, nas diversas sociedades, atingindo os extremos do sagrado e do ameaçador/assustador.

O psicólogo jungiano e antropólogo alemão Erich Neumann trabalha com o arquétipo do Grande Feminino, mais especificamente, o da “Grande Mãe”, por meio da análise de um vasto material mitológico e estético de diferentes grupos culturais em diferentes épocas, abordando tanto o caráter positivo desse arquétipo (“A Mãe Bondosa”), como o negativo (“A Mãe Terrível”, “A Deusa Terrível” etc.). Ele explora de forma rica e detalhada como se desenvolveu, nos povos primitivos, a identificação das mulheres à natureza e os mistérios advindos dessa identificação. Além disso, mostra como essa correlação passou a ser compreendida e modificada ao longo dos séculos, chegando até hoje, infundida nos símbolos que permeiam a vida da humanidade. Segundo Neumann e a feminista americana Adrienne Rich, há fortes indícios de que nas primeiras sociedades era cultuada a “Grande Deusa”, criadora de tudo o que existe, tendo o Deus masculino criador surgido muito tempo depois.

Na década de 80 do século XX, ao publicar um estudo sobre o processo histórico da maternidade do século XVI ao XX, a filósofa francesa Elisabeth Badinter considera que a maternidade ainda é um tema sagrado, ao descrever as reações apaixonadas que o seu livro *Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno* provocou. Segundo ela, “continua difícil questionar o amor materno, e a mãe permanece, em nosso inconsciente coletivo, identificada a Maria, símbolo do indefectível amor oblatoivo”(BADINTER, 1985: 9).

Na década de 90 do século XX, a historiadora Mary Del Priori, na introdução de seu livro *Ao Sul do Corpo*, que constitui um estudo histórico sobre as condições das mulheres e, sobretudo, sobre a maternidade no Brasil colonial, também atenta para a presença marcante da importância da maternidade na mentalidade histórica. A autora demonstra a força do conceito da “santa-mãezinha”, ou seja, da mãe bondosa, dedicada e assexuada, construído na época colonial brasileira e que se enraizou no imaginário social, atravessando os séculos e chegando aos nossos dias:

Quatrocentos anos depois do início do projeto de normatização, as santas-mãezinhas são personagens de novelas de televisão, são invocadas em pára-choques de caminhão (“Mãe só tem uma”, “Mãe é mãe”), fecundam o adagiário e as expressões cotidianas (“Nossa Mãe”, “Mãe do céu”); (...) A maternidade extrapola, portanto, dados simplesmente biológicos; ela possui um intenso conteúdo sociológico, antropológico e uma visível presença na mentalidade histórica. (DEL PRIORE, 1993: 18)

Sentimentos tão variados e extremos de origem remota refletiram-se nos discursos religiosos, científicos, literários, dentre outros, produzindo explicações, representações e preceitos muitas vezes desfavoráveis, e não raro contraditórios, às mulheres e à maternidade; isso se deu, principalmente, à medida em que o patriarcado comparava de forma distorcida a capacidade reprodutiva das mulheres às forças da natureza. Desde a Antigüidade, textos filosóficos afirmam a inferioridade das mulheres e justificam a conseqüente necessidade de sua submissão e controle. Para Aristóteles, a mulher é considerada personagem secundária na concepção. Segundo Rosemary Agonito, que faz uma compilação das idéias de pensadores importantes da humanidade sobre as mulheres em *History of Ideas on Women*, Aristóteles argumenta que a mulher é um ser mutilado ou um homem incompleto. Na reprodução, o homem contribui com a essência e a alma, enquanto que a mulher só fornece a nutrição necessária para manter o embrião. Ou seja, é o homem, e não a mulher, que cria a vida: “A mulher é um homem mutilado, e a ‘*catamenia*’ é sêmen, apenas não pura; pois há apenas uma coisa que ela não tem, o princípio da alma (...) As mulheres, então, fornecem a matéria, os homens o princípio do movimento.” (AGONITO, 1977:48) Essa “deficiência” torna a mulher fisicamente mais fraca, menos capaz de pensamento racional e subordinada ao homem. Dessa forma, para o filósofo, as mulheres são naturalmente inferiores aos homens e, por isso, devem submeter-se à autoridade masculina: “os homens são por natureza superiores, e as mulheres inferiores; e um governa e o outro é governado.” (AGONITO, 1977:51)

A teologia cristã, por meio dos textos bíblicos, trouxe conseqüências danosas para a imagem das mulheres ao retratar que a criação feminina foi feita a partir de uma costela do homem, e ao descrever a desobediência de Eva, que recebeu como castigo, além de outros, a dor do parto e a dominação pelo marido. Aliás, Mary Del Priori e Adrienne Rich mostram que durante séculos essa idéia perdurou no discurso médico, que via as dores do parto como um sofrimento necessário pelo qual as mulheres deveriam passar como castigo pelo pecado original. Isso resultava no desinteresse dos médicos em aliviar as dores do parto para as mulheres e no descaso diante da situação da parturiente.

A identificação das mulheres à natureza e a conseqüente naturalização dos comportamentos relacionados à sexualidade feminina e à maternidade foram distorcidos e perpetuados de uma forma negativa para as mulheres, de acordo com os interesses do patriarcado. É o que ocorre, por exemplo, quando pensamos sobre o conceito de instinto materno. Segundo Elisabeth Badinter, a partir do século XVIII, além do discurso médico, o filosófico e o econômico passaram a defender de forma enfática que a mãe assumisse a responsabilidade de cuidar dos filhos, agindo de acordo com seu instinto, para diminuir a mortalidade infantil no interesse do Estado francês. Del Priori enfatiza também o desenvolvimento da medicina, que descobriu nos corpos femininos uma “fisiologia moral que justificasse a maternidade e que suprisse as demandas de um Estado que relacionava aumento de produção com aumento de braços”. (DEL PRIORI, 1993: 334)

Segundo Del Priori, no Brasil colonial, os discursos moralistas e religiosos a favor da mãe santa e dedicada, que educa seus filhos de forma cristã e cuida da casa com zelo e amor, corroborados pelo discurso médico, segundo o qual a função natural da mulher era a procriação, acabaram por normatizar o comportamento das mulheres. Os primeiros séculos da colonização foram marcados por grandes massas, sobretudo de homens, que desbravavam as terras brasileiras e cujas condutas sexuais, bastante “promíscuas”, desagradavam os interesses do Estado português. Para adequar as necessidades de povoamento aos valores morais e religiosos e aos interesses econômicos da metrópole, era necessário que as mulheres se casassem, constituíssem família e ficassem em casa, fazendo todo o trabalho de base para o estabelecimento da vida

familiar, o que conseqüentemente, influenciaria os habitantes da Colônia para o trabalho organizado e produtivo e para a aceitação e difusão do catolicismo. As santas mães, assim, integravam a família ao processo de formação da sociedade capitalista na Idade Moderna.

Ainda segundo Badinter, a defesa do instinto materno pela ciência culminaria, no século XX, com a psicanálise, quando Freud mostra que o desenvolvimento de uma mulher normal leva-a a ser mãe. Em um ensaio sobre as mulheres (*A Feminidade*), Freud atribui o desejo de ter um filho à inveja que a mulher teria do órgão sexual masculino. Segundo Freud, o primeiro objeto amoroso do menino é a mãe e continua a sê-lo durante toda a vida. O menino possui inicialmente um grande amor pela mãe; sente ciúmes e rivalidade em relação ao pai, desenvolvendo, assim, o complexo de Édipo. Ao descobrir que a mãe não possui o órgão sexual masculino, o menino tem medo de vir a ser castrado como ela e abandona o complexo de Édipo. Não podendo eliminar o pai para ficar com a mãe, o filho a abandona e se junta ao pai, que representa o poder. No entanto, o menino volta a ter uma mulher como objeto amoroso que, para Freud, estaria substituindo o seu amor pela mãe. O primeiro objeto amoroso da menina também é a mãe. No entanto, ao perceber que a mãe não possui o órgão sexual masculino, ao descobrir que como ela a mãe também é castrada, a menina sente-se incompleta e repele seu amor à mãe. Assim, explica-nos Freud, com essa descoberta “a mulher fica desvalorizada para a menina, o mesmo que para o menino e talvez para o homem” (FREUD, 1976: 133); essa inveja possui influências e conseqüências em toda a vida da mulher. Depois dessa separação hostil contra a mãe, a menina volta-se para o pai, talvez com o objetivo de conseguir um órgão sexual masculino. Porém, a situação feminina se estabelece quando esse desejo é substituído pelo de ter um menino. Assim, a mulher “normal” adviria de um “complexo de castração” e, obrigatoriamente, deveria ser mãe (preferencialmente de um menino, o qual teria o pênis que lhe falta). Percebe-se, dessa forma, que o argumento de Aristóteles sobre as mulheres como seres incompletos possui claro eco na teoria freudiana, correlação que mostra como certas idéias negativas sobre as mulheres podem perdurar por séculos e séculos.

Percebe-se, então, que a maternidade, assim como outros assuntos relacionados às mulheres, ainda tem sido utilizada para defender os interesses do patriarcado, muitas vezes reforçando um discurso androcêntrico e misógino. Dessa forma, tem sido uma questão que carece de novos estudos, principalmente sob a perspectiva das mulheres. Em várias áreas do conhecimento, podemos identificar até mesmo um silenciamento dos aspectos relacionados à maternidade. É o que pude observar nos estudos que fiz na área de literatura, encontrando lacunas, sinais de censura moralista e de mitificação dos aspectos relacionados às mães e às mulheres em geral. Para Badinter, “ao buscar nos documentos históricos e literários a substância e a qualidade das relações entre a mãe e o filho, constatamos seja indiferença, sejam recomendações de frieza, e um aparente desinteresse pelo bebê que acaba de nascer”. (BADINTER, 1985: 85) Em seu estudo histórico sobre a maternidade, a autora freqüentemente expressa a dificuldade de se encontrar registros precisos sobre os nascimentos, a mortalidade infantil, o uso de amas-de-leite, entre outros fatores relacionados à experiência materna, na França, até meados do século XVIII. Dessa forma, Badinter teve que recorrer, muitas vezes, a estimativas e números aproximados, retirados de documentos esparsos.

Mary Del Priori, ao pesquisar sobre as vidas das mulheres no Brasil entre os séculos XVI e XVIII, também esbarrou na escassez e dispersão das informações:

Ao perseguir os caminhos das populações femininas no fundo dos fundos arquivísticos, acabei por tropeçar numa documentação multiforme. Constatava assim que as fontes existiam, mas que estavam em migalhas e dispersas,

dificultando-me perceber as transformações mais finas pelas quais passavam as mulheres. (DEL PRIORI, 1993: 16)

Na literatura, também, até por volta da metade do século XVIII, nota-se uma indiferença no tratamento da mãe e da criança. A partir de então, houve escassas tentativas de se abordar a maternidade com mais atenção às suas implicações para a vida das mulheres e dos filhos, e essas não foram vistas com bons olhos pela crítica literária. Em 1798, em *Maria, or the Wrongs of Woman*, livro publicado postumamente, a escritora inglesa Mary Wollstonecraft retrata a angústia de uma mãe afastada da filha pelo marido ambicioso e pelas instituições patriarcais. Livro de pouca receptividade literária, cujas críticas se juntaram às abundantes manifestações de desacordo despertadas pelo manifesto *A Vindication of the Rights of Woman*, no qual a escritora defende uma família baseada no amor entre mães, pais e filhos, enfatizando a necessidade de respeito e novos direitos para as mães, esposas e mulheres em geral. Na apresentação de *Lives of the Great Romantics, Part III*, ressaltou-se que Mary Wollstonecraft foi fortemente criticada depois de sua morte. No entanto, gradualmente sua imagem foi sendo melhorada e começou-se a enfatizar suas qualidades. No século XIX, a escritora inglesa George Eliot apresenta a maternidade de formas diferentes em sua obra, o que nem sempre agradou os críticos literários. Conforme Jill L. Matus, o romance *Adam Bede* (1859) recebeu uma crítica favorável no *Saturday Review*. No entanto, o crítico demonstrou sua objeção ao fato de ter a escritora retratado os diversos estágios que antecedem o nascimento de uma criança, segundo ele, prática que estava se tornando cada vez mais comum entre romancistas e que deveria ser evitada. De acordo com esse crítico, havia a ameaça de uma possível “literatura da gravidez”, ou seja, de uma literatura que retratasse os desdobramentos e os pormenores da maternidade. Portanto, exortava os escritores para que copiassem os “velhos mestres” que, se incluíam um bebê na narrativa, faziam-no nascer de uma vez, como num passe de mágica, sem descrever as complexas fases e implicações da maternidade:

Há outro aspecto nesta parte da estória sobre o qual não podemos deixar de fazer um comentário. A autora de *Adam Bede* aderiu a uma prática bem curiosa que está se tornando comum entre romancistas, e é uma prática que consideramos bastante desagradável. Trata-se de datar e discutir os diversos estágios que precedem o nascimento de uma criança. Parecemos estar ameaçados com uma literatura da gravidez ... Os sentimentos e as mudanças de Hetty são indicados com uma seqüência pontual que faz com que o relato de seus infortúnios se pareça com o tom rude de conversas de um “obstetra/ parteiro” [*man-midwife*] com uma noiva. Isso é intolerável. Deixem-nos copiar os velhos mestres da arte, que, se nos deram um bebê, o deram de uma vez. Um autor decente e um público decente consideram os sintomas premonitórios como existentes sem, no entanto, necessitarem presenciá-los. (MATUS, 1995: 1)

Ainda no século XX, em pleno movimento feminista, percebe-se ainda a falta das vozes das mães na literatura. Brenda O. Daly e Maureen T. Reddy, em *Narrating Mothers*, salientam que as narrativas raramente dão espaço para as vozes maternas. E apesar de que no final do século XX tenha crescido o número de livros sobre as mães, as perspectivas maternas estão, geralmente, ausentes, pois até mesmo as feministas, na maioria das vezes, se posicionam como filhas em seus escritos e falham em abordar os aspectos teóricos e políticos que permeiam a maternidade a partir da perspectiva das mães.

Acreditamos ser necessário problematizar e desconstruir os mitos patriarcais que envolveram e ainda envolvem a maternidade, principalmente à medida em que novos conceitos se juntam ao conceito de maternidade tradicional, como descrito pela professora Cristina Stevens em seu artigo *Maternidade e Literatura: Desconstruindo Mitos*:

Por muito tempo a maternidade foi considerada um fato puramente biológico, fixado literal e simbolicamente nos limites do domínio privado e emocional. Os discursos religiosos, médicos e psicológicos que descreviam e, sobretudo, prescreviam esses papéis, foram bastante danosos para as mulheres. Hoje, debatemos a função e *status* da maternidade no espaço público, e sua complexidade aumenta à medida que o sentido de maternidade se diversifica, uma vez que à mãe tradicional vem juntar-se a mãe adotiva, a mãe lésbica, o homossexual que materna, a mãe de aluguel, a mãe adolescente, a mãe solteira, a mãe prisioneira, a mãe pobre, negra, a mãe genética, etc. (STEVENS, 2003: 38)

Em *O Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir atribui à capacidade de reprodução das mulheres a associação destas à imanência, à estagnação, enquanto que tudo relacionado aos homens foi relacionado durante muito tempo à transcendência, ao cultural, ao dinâmico, à dominação. Segundo Friedrich Engels, em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, foi essa capacidade biológica da mulher que levou à primeira grande divisão do trabalho da humanidade. Para ele, o desenvolvimento da propriedade privada está atrelado à maternidade, pois os pais começaram a ter necessidade da certeza de sua paternidade para que os filhos possam herdar suas posses.

Cristina Stevens, no livro *Maternidade e Feminismo – Diálogos interdisciplinares*, enfatiza que até aproximadamente os anos setenta houve escassas tentativas de retratar a maternidade como tema central e de analisar as distorções criadas pelo patriarcado sobre essa complexa experiência. Nessa época, intensificou-se a produção teórica sobre a maternidade sob a ótica das mulheres. No campo da história, segundo Tania Navarro Swain, em seu texto *Você disse imaginário?*, até os anos setenta encontra-se um discurso etno e androcêntrico, situação que, segundo ela, vem se modificando com os caminhos abertos pela história das mentalidades e pelos questionamentos do feminismo. As produções teóricas dessa fase são bastante ricas, com estudos nas áreas de psicanálise, sociologia, antropologia, dentre outras. São desse período as contribuições de Nancy Chodorow, Adrienne Rich, e Julia Kristeva.

A psicanalista Nancy Chodorow, em sua obra *The Reproduction of Mothering*, argumenta que os comportamentos sociais tradicionais que envolvem a maternidade, ou seja, o fato de se atribuir às mulheres o cuidado com os filhos, não são naturais, mas sim resultado de valores e práticas sociais que são interiorizados nas primeiras relações da criança com as pessoas que a cercam, sobretudo com a mãe, onde se encontra uma identidade entre mãe e função materna. Assim, esses processos psicológicos dão origem a comportamentos que se perpetuam e são responsáveis pela divisão não igualitária dos papéis sexuais e pela conseqüente dominação masculina. Segundo ela:

O comportamento e as características da personalidade adulta são determinados, mas não biologicamente deterministas. Entretanto, culturalmente, a personalidade e o comportamento esperados não são simplesmente “ensinados”. Mais exatamente, certas características da estrutura social sustentadas por crenças, valores e percepções culturais, são interiorizados através das relações

objetais sociais primárias da criança e da família. Essa organização inconsciente ampla é o contexto no qual se dá o treinamento de papéis e a socialização intencional. (CHODOROW, 1978: 76)

Embora alguns possam pensar que as análises de Chodorow demonstram uma inevitabilidade dessa situação, a psicanalista afirma que é possível e que devemos separar as mulheres e a função materna. Ao mostrar como as funções de cuidado com os filhos são criadas nas mulheres por meio de processos psicológicos e sociais específicos, Chodorow mostra como essas qualidades também podem ser criadas nos homens, desde que homens e mulheres exerçam suas funções de forma igual. Segundo ela, há estudos que mostram que não apenas as mães biológicas são capazes de oferecer o cuidado adequado e que a criança não exige o relacionamento exclusivo com uma única pessoa.

Na mesma linha de raciocínio desenvolvido por Chodorow, Dorothy Dinnerstein, em *The Mermaid and the Minotaur: Sexual Arrangements and Human Malaise*, alega que enquanto o cuidado com os filhos for papel exclusivo das mães, as mulheres continuarão sendo objeto de mitos e idéias deturpadas que a denigrem e sustentam seu papel secundário no domínio público. É preciso mudar a forma como os papéis sexuais estão organizados, e a mudança principal seria fazer com que o homem fosse tão importante no cuidado e criação dos filhos quanto as mulheres. Como tem sido, geralmente, uma mulher a primeira a estabelecer o contato inicial dos seres humanos com a humanidade e a natureza, a mãe é investida de um poder absoluto, se torna uma entidade poderosa capaz de proporcionar infinitos prazeres ao fornecer alimento, carinho, conforto; no entanto, a mãe também provoca rancor, trauma e inúmeras dores ao privar a criança de todos esses prazeres. Assim, a mãe, e conseqüentemente a mulher, é objeto do ataque de sentimentos ambivalentes, medos do poder de vida e morte atribuído a ela. O contato com a figura masculina, muitas vezes, acontece mais esporadicamente ou mais tarde na vida da criança e, portanto, essa figura não fica sujeita a grandes cargas emocionais. Segundo Dorothy Dinnerstein:

Quando os homens estiverem tão diretamente envolvidos como as mulheres nas vidas intensamente carnis dos bebês e das crianças maiores, a realidade do corpo masculino como uma fonte de novas vidas estará sujeito a se tornar substancial para nós em uma idade mais tenra, e a continuar emocionalmente mais presente a partir de então (...). A mudança não fará a procriação da mulher parecer menos miraculosa do que parece agora, apenas menos assustadora (...). (DINNERSTEIN, 1976: 150)

O livro de Adrienne Rich, *Of Woman Born*, também constitui um marco nos estudos feministas sobre a maternidade. A partir de uma ótica psicanalítica, dentre outras, Rich expõe análises da relação entre a mãe e os filhos, o homem e a sociedade, além de outros pontos fundamentais. Ela demonstra como a mãe reage às expectativas da sociedade em relação a seu comportamento, escrevendo até mesmo sobre uma alienação da maternidade, de mulheres que não participam conscientemente nem mesmo do trabalho de parto. Segundo Rich, desde a Antigüidade, as mulheres têm sido “ensinadas” o que devem sentir: dor, angústia, realização extática. O trabalho de parto têm sido visto de diversas formas negativas, como punição e sofrimento, por exemplo, raramente sendo considerado de forma positiva, como um desafio ou uma descoberta.

Na literatura contemporânea, algumas escritoras têm trabalhado no sentido de recuperar a

temática da maternidade, a partir da perspectiva das mulheres e da mãe. Em 1999, a escritora de origem inglesa e francesa Michèle Roberts deu ênfase ao tema em seu romance *Fair Exchange*. Nessa narrativa, como na maioria de seus romances, a problemática da identificação mãe-filha se sobressai, o que pode ser consequência da própria experiência de vida da escritora.

O romance recria ficcionalmente a figura de Mary Wollstonecraft, uma pensadora de importância crucial para a história das mulheres, ligando, dessa forma, o passado ao presente. Ao recriar essa personagem histórica, Michèle Roberts traz para a contemporaneidade a preocupação de Wollstonecraft com a questão da maternidade e da família, o que levou essa pensadora a escrever dois romances no século XVIII: além da predominância da relação entre mãe e filha em *Maria, or the Wrongs of Woman*, a autora apresenta reflexões sobre os relacionamentos humanos sob a perspectiva das mulheres em *Mary: a Fiction* (1788). Ironicamente, a própria vida da escritora se encerrou com os desdobramentos da maternidade: morreu ao dar à luz sua filha Mary Wollstonecraft Shelley¹, em 1797. O amálgama da “realidade”² e da ficção torna *Fair Exchange*, um romance que questiona a verdade da narrativa histórica.

O diálogo entre a história e a literatura e o consequente questionamento da primeira pela última tornaram-se temas muito frequentes na ficção pós-moderna e se encontram na obra de Michèle Roberts. Uma das consequências dessa relação entre as duas áreas é a auto-reflexividade, que revela uma preocupação não só com a “arquitetura” narrativa, mas também com a utilização de fatos e personagens históricos na produção ficcional, característica que levou Linda Hutcheon a introduzir o conceito de metaficção historiográfica, na década de oitenta:

Metaficções historiográficas são romances intensamente auto-reflexivos, mas que também reintroduzem contexto histórico na metaficção e problematizam toda a questão do conhecimento histórico. (HUTCHEON, 1987: 285)

Na metaficção, o autor demonstra sua consciência sobre a teoria subjacente à construção de trabalhos ficcionais, expondo, assim, as estruturas fundamentais da narrativa. Além disso, ao reescrever e rerepresentar o passado na ficção, a metaficção historiográfica acaba por abri-lo para o presente, evitando, assim, que ele esteja para sempre concluso. Segundo Linda Hutcheon, o seu questionamento cria uma espécie de túnel do tempo que descobre histórias de pessoas e povos oprimidos no passado, como as mulheres e os nativos colonizados. Nesse sentido, a metaficção historiográfica vem problematizar a imparcialidade científica da história, demonstrando que essa também é uma narrativa que busca reconstituir e interpretar discursivamente o fato histórico, não de forma objetiva e neutra, mas a partir de um lugar de fala.

O conceito de metaficção historiográfica demonstra a fragilidade da verdade objetiva da história, formada por diversos elementos volúveis como mitos, fatos, opiniões, interpretações, dentre outros. Assim, constitui um dos caminhos que podem contribuir para a produção literária de autoria feminina, pois ao se problematizar a historiografia tradicional, colabora-se para a desconstrução de idéias distorcidas e verdades criadas pelo patriarcado, como as que envolvem a maternidade, por exemplo.

Dessa forma, a partir da perspectiva de gênero, seguindo o objetivo de resgatar escritoras negligenciadas pela historiografia literária tradicional, e de promover novas leituras de produções

¹ Escritora inglesa, mais conhecida por Mary Shelley. Filha de Mary Wollstonecraft e do filósofo William Godwin, casou-se com o poeta Bysshe Shelley, em 1816. Sua obra mais famosa é *Frankenstein*, escrita entre 1816 e 1817, quando a escritora tinha apenas 19 anos.

² Entendo e aceito toda a problematização dos conceitos de realidade, representação e discurso, mas não desenvolverei esse assunto neste trabalho.

literárias de autoria feminina, venho trazer a importância do resgate e da releitura da obra de Mary Wollstonecraft e do estudo do romance de Michèle Roberts, unindo-as pela temática da maternidade. Apesar de ser uma das precursoras do movimento feminista já no século XVIII, com o seu livro de natureza não-ficcional *A Vindication of the Rights of Woman* (considerado o documento fundante desse movimento), Mary Wollstonecraft merece maior visibilidade quanto à sua produção ficcional. Daí nosso objetivo de lançar uma nova luz sobre os livros *Maria, or the Wrongs of Woman* e *Mary: a Fiction*. Durante minha análise, propicio o diálogo entre esses livros e *A Vindication of the Rights of Woman*, manifesto que será de grande importância, pois apresenta os pensamentos de Wollstonecraft com relação à família e à maternidade de maneira direta, e ajuda a conhecer mais de perto as aspirações que teve e o que ajudou a concretizar, mesmo depois de sua morte.

Seguindo os mesmos objetivos, apresento Michèle Roberts, autora de vários romances que abordam questões de natureza feminista e que merece estudos mais aprofundados. Em sua obra, da qual destacamos *The Book of Mrs. Noah* (1987), *Daughters of the House* (1992) e *Fair Exchange* (1999), essa escritora explora as vidas das mulheres, suas histórias e experiências, com grande ênfase na experiência materna.

Analisar a maternidade na literatura e tentar contribuir para a desconstrução dos conceitos patriarcais sobre essa experiência requer um estudo de, pelo menos, certos momentos da maternidade na história e sua relação com a literatura. Ambas as áreas de conhecimento encerram a possibilidade de contribuição recíproca contra os mecanismos ideológicos de escolha e apresentação dos acontecimentos, que acabam por prejudicar certos grupos sociais, certos eventos, certos temas, silenciando-os ou representando-os de forma distorcida.

A história, por sua vez, mantém certa semelhança com a literatura. Ambas são narrativas e, portanto, são construídas de acordo com a perspectiva do narrador. Com as várias discussões e dificuldades sobre a definição da literatura, muitas vezes a própria linha divisória que a separa da história se torna tênue. No entanto, a relação da história com a literatura nem sempre foi problemática, pois a primeira era considerada como um desdobramento da segunda. Foi apenas com a construção do sentido da literatura e de sua constituição como a temos hoje, que a história apareceu como algo distinto dela. Lionel Gossman, em seu ensaio *History and Literature: Reproduction or Signification* relata como foi a relação entre essas duas áreas ao longo dos séculos e mostra como se deu sua separação. Apenas na fase final do Neoclassicismo, a associação entre a literatura e a retórica começou a ser quebrada e aquela passou a ser identificada à poesia, à escrita figurativa, ao grupo de textos privilegiados e sagrados, diferentes de e se contrapondo a todos os produtos do mundo “degradado” do capitalismo industrial. A história, por sua vez, começou a ter seu foco discutido, passando a haver uma preocupação maior com uma teoria de objetividade histórica. Por fim, durante o século XIX, uma separação mais definitiva e derradeira se deu na divisão disciplinar e especializada das disciplinas na universidade.

No entanto, apesar de seu passado de aproximação e das semelhanças que ainda são possíveis observar mesmo depois de sua separação, a história e a literatura ainda enfrentam resistência no que diz respeito à aceitação de seus pontos em comum. É difícil concordar em chamar de narrativa algo próximo da ficção, um relato da “realidade”, feito sob os princípios da objetividade e imparcialidade científica, como pretende ser entendida a história. Segundo o historiador estadunidense Hayden White, “tem havido uma relutância em considerar as narrativas históricas como o que elas mais manifestamente são - ficções verbais, cujos conteúdos são tão inventados como achados e cujas formas têm mais em comum com a literatura do que com a ciência.” (WHITE, 1978: 42). Para White, a história difere da ciência no ponto em que não é

capaz de dar origem às leis universais que tenta produzir. Ao mesmo tempo, seria diferente da literatura à medida em que se interessa em retratar o “real” e não o “possível”, considerado o objeto da ficção. Entretanto, ele deixa bem claro que a suposta concretude dos textos históricos é produto da própria capacidade ficcional do historiador. Elisabeth Badinter também atenta para a inevitável parcialidade dos historiadores:

Há muito tempo foi reconhecida a impossibilidade de um observador, por mais circunspeto e cauteloso que seja, despojar-se de suas paixões para ver os outros com toda a objetividade. Georges Duby lembrou recentemente esta verdade essencial aos seus colegas historiadores. O desenvolvimento da história quantitativa e a utilização da informática, diz ele, permite ter materiais mais precisos, mas o historiador os utiliza a serviço de suas paixões e da ideologia que o domina. (BADINTER, 1985: 12)

Sob tal lógica, a história é discurso, uma forma cultural como qualquer outra. É um discurso fortemente imbuído do sistema simbólico do imaginário social, que de acordo com Tania Navarro Swain, em *Você disse imaginário?*, se encontra em toda formação social. Como nos explica Swain, os símbolos criam realidades, naturalizam imagens em certos momentos históricos, utilizando a memória coletiva e as tradições. O imaginário dissemina, revitaliza, ressemantiza imagens, criando paradigmas e normas, que se fortalecem na repetição ritual. O controle do imaginário, assim, acaba sendo fonte de poder: “A posse do controle do imaginário é (...) uma peça essencial do dispositivo do poder” (SWAIN, 1993: 49) e, portanto, os paradigmas criados pelo imaginário são manipulados de forma a dominar e organizar a sociedade de acordo com os interesses dos que detêm o poder. “Assim, na trama do social, criam-se as noções de ‘evidente’, ‘natural’, ‘universal’, bloqueando inclusive a possibilidade de se pensar o heterogêneo” (SWAI, 1993: 49).

Margareth Rago, lembrando o pensamento de Michel Foucault, diz que para esse filósofo, o discurso não é reflexo do real, mas sim, prática e, como tal, constrói figuras sociais, identidades, dando um sentido determinado ao fato histórico (RAGO, 1995: 28). Consciente do poder e das limitações da história, Foucault defende a sua autonomização, sua libertação de procedimentos envelhecidos, cristalizadores, totalizadores, de construções autoritárias do passado, que pretendem levar à única verdade. Acaba, assim, defendendo uma “nova história”, mais aberta às diferenças, à diversidade, aos múltiplos pontos de vista. Segundo Margareth Rago:

Foucault, na contramão, publicava *A Arqueologia do Saber*, livro de 1969, partindo em defesa da História. Denunciava os atentados aos seus direitos, quando se ignoram os acidentes, os acasos, os desníveis, em nome de uma homogeneização totalizadora quando se é incapaz de pensar as descontinuidades. (RAGO, 2002: 257)

A descontinuidade é aquela que está dispersa e que emerge contrapondo-se à idéia de continuidade, e supõe a existência dos “obstáculos”, ou seja, elementos postos de lado pela continuidade da Historiografia tradicional. Assim, esses “obstáculos” significam grupos sociais, eventos etc. silenciados pelos recortes dos historiadores, como as mulheres, e, conseqüentemente, a maternidade. E ao se “pensar as descontinuidades”, vozes silenciadas são trazidas à luz. Isso implica reconhecer o aspecto ficcional das narrativas históricas, atitude que, segundo Hayden

White, pode prevenir os historiadores de se tornarem escravos de preconceitos e ideologias, que acabam sendo tomados como a correta percepção das coisas.

A busca por vozes perdidas encontra saída sobretudo na literatura, que tanto nos diz sobre uma época, suas ideologias, seus costumes. Assim, a preocupação com a maternidade e sua abordagem pela história e pela literatura faz com que a experiência materna seja pesquisada e historicizada, não mais para confirmar a superioridade da autoridade do homem, de acordo com a perspectiva androcêntrica, mas sim conforme uma leitura feminista dessa experiência que constitui mulheres como mães. Assim, em meio ao mundo patriarcal de pensamento, pinçam-se vozes maternas um pouco apagadas na história, como o romance *Maria, or the Wrongs of Woman*, escrito por uma mãe, Mary Wollstonecraft, carregado de sentimentos e reflexões. E, praticamente na virada do século XX para o XXI, a voz da mãe se faz sentir também intensamente no romance *Fair Exchange*, não só por também ter a maternidade como tema central, mas por evocar uma voz materna do século XVIII: Mary Wollstonecraft. Laços de identificação entre mulheres, contribuições ricas em experiência e elementos capazes de desconstruir noções distorcidas do patriarcado sobre as mulheres.

Mary Wollstonecraft é importante para uma nova visão da família e da maternidade não só por causa de seus textos políticos, mas também pelo precedente que abriu sobre esses temas também na literatura. Apesar de não terem sido considerados sucessos literários, seus dois romances, *Mary, a Fiction* (1788) e *Maria, or the Wrongs of Woman* (1798), retratam seus ideais. O que muitos criticam em suas obras ficcionais é o excesso de sentimento colocado nas histórias das personagens, praticamente autobiográficas. O primeiro romance retoma sua infância triste e a morte prematura de sua grande amiga na juventude. Mas o romance que mais nos interessa é *Maria, or the Wrongs of Woman*, pois tem a maternidade como tema central. Publicado postumamente em 1798 e inacabado, ele retrata a angústia de uma mulher separada da filha pelo marido ambicioso, que a interna num asilo de loucos, para conseguir a herança que seu tio deixara para ela. As reflexões feitas pela protagonista, Maria, expressam desejos profundos e denunciam a situação a que as mulheres estavam submetidas. Apesar de conter grande parte dos sentimentos e experiências da própria Mary Wollstonecraft com sua relação amorosa malsucedida com Gilbert Imlay, essas reflexões expressam os desejos da escritora de mudanças políticas e sociais para as mulheres e a família. As preocupações de Maria com o futuro da filha no sistema patriarcal opressivo em que se encontravam demonstra que mudanças eram urgentes. Wollstonecraft defende o afeto e o respeito entre mãe, pai e filhos como algo fundamental, tanto em seu manifesto quanto sem seus romances. Além disso, a escritora se preocupa com os primeiros anos da infância e enfatiza a importância do aleitamento materno ao retratar a tristeza de Maria por não poder amamentar a filha no momento em que o bebê mais precisa.

Durante sua produção política, Wollstonecraft defendeu que apenas uma transformação na família, que incentivasse o amor e o respeito entre pai, mãe, filhos e filhas levaria a uma transformação progressiva da sociedade. Nesse sentido, concordava com seu rival Edmund Burke que, apesar de defender a estrutura patriarcal, compartilhava com Wollstonecraft a importância da função moral, social e política da família. Segundo Burke, nós começamos nossas relações com os outros na família, e o bom cidadão deve, primeiro, ter afeto pelos pais, irmãos e todos os seres vivos que estão presentes em seu mundo familiar. No entanto, para Wollstonecraft, a sociedade patriarcal deturpava e impedia o desenvolvimento das virtudes morais, sociais e políticas dos filhos, que servem como a base de qualquer sociedade humana estável. Essa seria uma das preocupações que Maria tinha com relação à sua filha, uma menina, sujeita ao regime patriarcal, à autoridade de um pai ambicioso, privada de uma infância feliz e estável ao lado da mãe.

Um dos aspectos mais interessantes sobre o discurso de Mary Wollstonecraft é a atualidade de seus pensamentos principais sobre a família. As mudanças pretendidas dois séculos atrás, nada mais eram do que os ideais ainda buscados hoje. Não sendo patriarcal, havendo igualdade entre marido e esposa, entre irmãos e irmãs, todavia a nova família não prescindia do dever da mãe e do pai de proteger, educar e disciplinar seus filhos, e do dever desses, em contrapartida, de respeitar seus progenitores e retribuir o afeto recebido, até a velhice dos pais. Pois, segundo ela, o afeto natural entre pais e filhos é muito fraco e, por isso, deve ser cultivado no dever de cuidado, que tanto a mãe quanto o pai tem com as crianças. Derruba, dessa forma, teorias essencialistas patriarcais. Apesar de que os pais devem exercer sua autoridade sobre os filhos, Mary Wollstonecraft defende que deve haver limites à essa autoridade. Ela protesta contra a violência física e a manipulação emocional, se opondo, assim, à legitimidade da autoridade dos pais (os homens) que lhes dava o direito de dispor até mesmo da liberdade dos filhos.³ Além disso, defendia a emancipação dos filhos na maioridade para, eles próprios determinarem o curso de suas vidas, sem estarem sob o controle dos pais.

Dessa forma, o pensamento de Mary Wollstonecraft rompeu com o discurso essencialista e patriarcal e trouxe idéias que repercutiriam no pensamento feminista do século XX. Demonstra que a maternidade pode ser uma experiência positiva na vida das mulheres sem atrapalhar ou impedir realizações pessoais, como estudo e trabalho, já que Wollstonecraft defendia educação e oportunidades iguais para homens e mulheres. Além disso, mostrava a exequibilidade desse pensamento em suas próprias ações: teve uma filha, mas não deixou de escrever, tendo-a, no entanto, sempre perto de si (até onde nos permitem inferir suas biografias e memórias). Com *Maria, or the Wrongs of Woman*, abria um precedente para a abordagem da maternidade como tema central na literatura e, acima de tudo, sob a perspectiva da própria mãe. Além disso, ressaltou uma relação em especial, dentre as muitas que envolvem a maternidade: a relação entre mãe e filha.

No final do século XX e início do XXI, a intenção parece ser a mesma, já que a mudança de mentalidade não se dá de forma brusca, mas aos poucos, com pequenas conquistas. Entretanto um romance pode representar a adição de uma nova tendência à proposta de abordagem da maternidade. *Fair Exchange*, de Michèle Roberts, publicado em 1999 e 2000, se desenvolve a partir da experiência materna, que tem a Revolução Francesa como pano de fundo. Ao retratar a relação da protagonista Jemima e de outras mulheres com a maternidade no contexto da Revolução Francesa, a escritora apresenta essa Revolução por meio da perspectiva dessas mulheres, que são mães, e não sob a perspectiva do relato histórico que apresenta as ações dos “grandes homens”. Roberts questiona, assim, a suposta imparcialidade e completude do processo histórico. Essa atitude é característica da metaficção historiográfica, conceito concebido por Linda Hutcheon, na década de 80.

Portanto, os objetivos da metaficção historiográfica servem perfeitamente à necessidade de problematização da experiência materna na literatura e na história (conseqüentemente, em outros discursos também). Pois ao reescrever e rerepresentar o passado na ficção, a metaficção historiográfica acaba por abri-lo para o presente, evitando, assim, que ele esteja para sempre concluso. Isso não seria apenas objetivo da literatura, mas também da própria história, de acordo com a proposta de reformulação de Foucault, segundo o qual a História é “estabelecida a partir de

3 De acordo com Elisabeth Badinter, uma leitura atenta do quarto mandamento do Decálogo (“Pai e Mãe honrarás, para que vivas longamente”) leva à idéia de que caso o filho não cumpra o preceito, o pai tem o direito de tirá-lo a vida. (BADINTER, 1985: 37) Além disso, há informações de que ainda no século XVII, na França, filhos eram mandados para a prisão por motivos fúteis e crianças bem jovens e adultos se misturavam nas celas.

um problema que se coloca no presente e, para a resolução, necessita-se voltar ao passado” (RAGO, 2002: 255-73). Assim, quando Jemima conversa com sua amiga Annette sobre os problemas que as assolam, Annette critica os ideais da Revolução Francesa:

- Liberdade, fraternidade, igualdade, disse a Jemima: e para onde isso te levou? Para onde isso me levou? Aquela preciosa liberdade da qual você fala, é liberdade para os homens, não para as mulheres. Olhe para nós. Grávidas e tendo que nos esconder porque não estamos casadas.⁴

Excluídas da igualdade e da liberdade defendidas pela Revolução Francesa, Annette e Jemima sofrem as conseqüências dos valores arraigados do patriarcado. Annette é mandada para o interior pela família por ter engravidado de um pai que estava ausente e Jemima procura o interior pelo mesmo motivo, apesar de buscar sua independência. Mais tarde, quando os pais resolvem voltar, trocam os bebês das duas mulheres no dia do parto baseando-se numa aposta negligente. No entanto, essa troca traria conseqüências sérias para as vidas das mães e os pais parecem não se importar com o sofrimento das duas mães. Assim, ao retratar a condição de não liberdade das mulheres, questiona-se o conceito de indivíduo abstrato universal, possuidor dos direitos assegurados pela Revolução Francesa, conforme o questionamento de Joan Scott, em *Relendo a História do Feminismo*. Ela mostra a contradição desse conceito, segundo o qual para que os seres humanos pudessem ser concebidos como iguais, deveria haver a exclusão de categorias diferenciadoras de raça, classe, religião, sexo etc. Mas a diferença entre o eu e o outro acabou se reduzindo a uma questão de diferença sexual: a masculinidade se igualava à individualidade e a feminilidade à alteridade. Portanto, “a mulher não era um indivíduo não só por ser não-idêntica ao protótipo humano [do homem branco europeu], mas também porque era o outro que confirmava a individualidade do indivíduo (masculino).” (SCOTT, 2002: 34)

Além de questionar os ideais da Revolução Francesa, *Fair Exchange* traz uma nova visão de uma das escritoras que mais defendeu que os princípios da Revolução Francesa fossem respeitados, com o reconhecimento das mulheres como indivíduos, e como tais, possuidoras dos mesmos direitos assegurados aos homens: Mary Wollstonecraft. Primeiramente aparecendo como diretora de uma escola para meninas na Inglaterra (fato real), acaba influenciando Jemima, menina educada sob seus princípios feministas, a qual incorpora muitas idéias e atitudes da diretora. Dessa forma, Jemima aparece como uma nova Wollstonecraft, que como a real, não concorda com as leis patriarcais que regem o casamento, e tem como ideal ser mãe e ao mesmo tempo escrever, tendo uma relação com o pai da criança de forma a permitir que tenha sua independência profissional. No entanto, enquanto a real Mary Wollstonecraft morre no parto de sua segunda filha, Mary Wollstonecraft Shelley, é a filha de Jemima que morre ainda pequena. Assim como em *Maria, or the Wrongs of Woman*, a mãe perde sua felicidade com a separação brusca de sua filha. No entanto, Jemima encontra sua filha viva, ao saber que a criança que havia morrido era de Annette, devido à troca dos bebês. Ao ter sua filha de volta, a felicidade também volta. É como se houvesse achado uma parte sua que havia perdido.

Assim, ao retratar como devem ter sido as vidas de mulheres do passado em seus romances, Roberts traz à vida milhares de vozes silenciadas pela opressão do relato histórico patriarcal. Além de contar histórias silenciadas, é necessário recontar histórias de mulheres, como a de Mary Wollstonecraft, que foram distorcidas ou transmitidas de forma incompleta pelo discurso patriarcal; recontar histórias, como faz Roberts ao contar novamente as biografias de

4 ROBERTS, Michèle. *Fair Exchange*. London: Virago, 2000. p. 113.

mulheres que conhecemos, sob perspectivas diferentes, ou melhor, das próprias mulheres, da mãe. Assim, é preciso (re) contar as histórias dessas mulheres e, conseqüentemente, a própria história.

Assim, romances como *Maria, or the Wrongs of Woman, Mary, a Fiction* e *Fair Exchange*, por suas inovações, como as referentes à visibilidade da voz materna e da experiência da mulher na produção ficcional de autoria feminina, contribuem não apenas para a desconstrução de mitos patriarcais e para novas visões da maternidade, mas também para uma reformulação dos padrões estéticos literários tradicionais.

OBS: as citações no presente trabalho foram traduzidas por mim.

Bibliografia

- AGONITO, Rosemary. *History of Ideas on Women*. 1. ed. New York: Paragon, 1977.
- BADINTER, Elisabeth. *Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno*. Tradução de Waltensir Dutra. 4.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BEAUVOIR, Simone de. *The Second Sex*. Tradução de H.M. Parshley. 3.ed. New York: Vintage Books, 1989.
- CHODOROW, Nancy. *The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender*. California: University of California Press, 1979.
- DALY, Brenda O. e REDDY, Maureen T. *Narrating Mothers: Theorizing Maternal Subjectivities*. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1991.
- DEL PRIORI, Mary. *Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993.
- DINNERSTEIN, Dorothy. *The Mermaid and the Minotaur: Sexual Arrangements and Human Malaise*. New York: Perennial Library, 1976.
- ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 10.ed. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- FREUD, Sigmund. *A femininidade*. Tradução de Odilon Gallotti, Isaac Izecksohn e Gladstone Parente. in *Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Delta, s./d. p. 117-141. Tomo X.
- GOSSMAN, Lionel. *History and Literature: Reproduction or Signification in The Writing of History: Literature Form and Historical Understanding*. Organização de Robert H. Canary e Henry Kozicki. Londres: The University of Winconsin Press, 1978. pp.3-7.
- HUNT, Eileen M. *The Family as Cave, Platoon and Prison: The Three Stages of Wollstonecraft's Philosophy of the Family in The Review of Politics*, vol. 64, n. 1, (2002), pp. 81-119.
- HUTCHEON, Linda. *Historiographic Metafiction in The Canadian Postmodern: A Study of Contemporary English-Canadian Fiction*. Toronto: Oxford University Press, 1988, capítulo 4.
- MATUS, Jill L. *Unstable Bodies: Victorian Representations of Sexuality and Maternity*. Manchester: Manchester University Press, 1995.
- NAVARRO, Tania. *Você disse imaginário?* in SWAIN, Tania Navarro (org.) *Histórias no plural*. Brasília: EDUNB, 1994.
- NEUMANN, Erich. *A Grande Mãe: um estudo fenomenológico da constituição feminina do inconsciente*. Tradução de Fernando Pedroza de Mattos e Maria Silvia Mourão Netto. São Paulo: Cultrix, 1999.
- RAGO, Margareth. *As marcas da pantera: Foucault para historiadores* in *Revista Resgate*. Campinas: Papirus, 1995.
- RAGO, Margareth. *Libertar a história* in RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B.Lacerda e

VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.) *Imagens de Foucault e Deleuze*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

RICH, Adrienne. *Of woman born. Motherhood as experience and institution*. 3. ed. London: Virago, 1981.

ROBERTS, Michèle. *Fair Exchange*. London: Virago, 2000.

SCOTT, Joan. *Relendo a história do feminismo in A cidadã paradoxical. As feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

STEVENS, Cristina . *Maternidade e Feminismo: diálogos na literatura contemporânea* in STEVENS Cristina (org.) *Maternidade e Feminismo: diálogos interdisciplinares*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

STEVENS, Cristina. *Maternidade e Literatura: desconstruindo mitos in Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2005.

WHITE, Hyden. *Historical Text as Literary artifact in The Writing of History: Literature Form and Historical Understanding*. Organização de Robert H. Canary e Henry Kozicki. Londres: The University of Winconsin Press, 1978. p. 42.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *A Vindication of the Rights of Woman*. Electronic Text Center, University of Virginia Library, 2000. Digitalizado de WOLLSTONECRAFT, Mary. *A Vindication of the Rights of Woman*. London: SCOTT, W., 1892. xxxvii, 282 p.; 18 cm. Disponível em <http://etext.virginia.edu/toc/modeng/public/WolVind.html>. Acessado em julho/2005.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Maria, or the Wrongs of Woman*. Electronic Text Center, University of Virginia Library, 1994. Digitalizado de WOLLSTONECRAFT, Mary. *Maria, or the Wrongs of Woman*. New York; London: W. W. Norton and Company, 1975. Disponível em <http://etext.virginia.edu/toc/modeng/public/WolMari.html>. Acessado em julho/2005.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Mary, a Fiction*. The Project Gutenberg eBook, 2005. E-text preparado por Jonathan Ingram, Janet Blenkinsip, e o Project Gutenberg Online Distributed Proofreading Team (<http://www.pgdp.net/>). Disponível em <http://www.gutenberg.org/dirs/1/6/3/5/16357/16357-h/16357-h.htm>. Acessado em julho/2005.